

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ:
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOCIOLOGIA POLÍTICA
ANA MARIA DE CARVALHO

A Influência do Projeto da Modernidade no Estado de Bem Estar Social

CURITIBA
2012

ANA MARIA DE CARVALHO

A Influência do Projeto da Modernidade no Estado de Bem Estar Social

Monografia apresentada, como requisito para a obtenção do grau de Especialização em Sociologia Política, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Paulo Roberto Costa Neves

CURITIBA
2012

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso consiste em uma análise bibliográfica acerca do projeto da modernidade, racionalismo e do iluminismo, fazendo uma análise histórica e conceitual perpassando vários autores e correlacionando com o Estado de Bem Estar Social um modelo que outrora foi hegemônico, porém em crise na contemporaneidade, bem como que problematizar quais as influências desses conceitos no chamado Estado de Bem Estar Social.

Palavra-chave: Iluminismo, Racionalismo, Projeto da Modernidade, Estado do Bem Estar Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
CAPITULO I	
1.PROJETO DA MODERNIDADE: HISTÓRICOS E CONCEITOS	06
CAPITULO II	
2.RACIONALISMO E ILUMINISMO	10
CAPITULO III	
3. ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL	12
3.1. INFLUÊNCIA DO PROJETO DA MODERNIDADE, RACIONALISMO E ILUMINISMO NO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL NA ATUALIDADE.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propôs maior conhecimento e compreensão acerca do Projeto da Modernidade e uma reflexão sobre as influências e similaridades com o Estado de Bem Estar Social.

Tendo como objetivo o aprofundamento intelectual sobre o Projeto da Modernidade e assim, provocar a reflexão sobre as influências e semelhanças com o Estado de Bem Estar Social.

Nesta abordagem o objetivo foi vislumbrar sobre a influência do Iluminismo, do movimento racionalista e também uma breve contextualização acerca do Estado de Bem Estar Social.

A elaboração deste trabalho foi motivada pelo interesse em aprofundar o conhecimento sobre as vertentes favoráveis e contrárias ao Projeto da Modernidade, o qual resultou um debate instigante, tendo em vista a forma em que se dão as relações sociais inseridas em uma sociedade desigual, contrariando aos preceitos do Projeto da Modernidade, onde há uma igualdade natural e universal entre os homens.

De acordo com o filósofo Sérgio Paulo Rouanet, não haveria diferenciação entre servos e nobres, escravos e senhores, se todos tivessem acesso à educação, a qual os prepararia para lutar e alcançar a liberdade e autonomia.

A pesquisa se desenvolveu, através de obras e autores numa análise bibliográfica com a utilização de obras de pensadores clássicos e também de teóricos da contemporaneidade, predominantemente da Sociologia e Filosofia, tendo como problematização a influência do projeto da modernidade no Estado de Bem Estar Social.

Iniciaremos o estudo expondo sobre o projeto da modernidade, em seguida sobre o racionalismo e o conceito do Iluminismo, o qual acreditamos ser o precursor das demais teorias afins neste projeto.

Para aproximação intelectual do Iluminismo, Racionalismo e Projeto da Modernidade serão analisadas as influências destes conceitos no Estado de Bem Estar Social, com um subtítulo no terceiro capítulo e por fim a conclusão sobre toda a pesquisa.

Acerca das pesquisas sobre o Projeto da Modernidade, faremos uso das

obras de Jurgen Habermas, Sergio Paulo Rouanet, Anthony Giddens, Barbara Freitag, entre outros, apontando a similaridade entre autores da mesma vertente bem como fazendo o contraponto com os autores críticos ao Projeto da Modernidade.

A metodologia adotada para a elaboração do trabalho será a Abordagem Teórica e Revisão Bibliográfica, para possibilitar o aprofundamento intelectual acerca dos conceitos anteriormente descritos.

Para contribuir na compreensão e posterior análise das semelhanças e possíveis contribuições do Projeto da Modernidade no Estado de Bem Estar Social, também faremos uso da Abordagem Histórica.

Esperamos ao término da pesquisa obter maior aproximação e aprofundamento sobre os ideais do Iluminismo, Projeto da Modernidade, Estado de Bem Estar Social, para termos a possibilidade de apontarmos e compararmos as semelhanças entre ambos.

A relevância desta pesquisa será no sentido de fortalecer o debate acadêmico estimulando a produção literária acerca do referido assunto e sobre as possibilidades da construção de uma sociedade onde haja a defesa e a ampliação da cidadania, democracia, justiça social, à luz dos ideais do Projeto da Modernidade.

Dentre os resultados esperados será a contribuição com elementos que ilustrem possíveis apontamentos quanto à vinculação entre o Projeto da Modernidade e o Estado de Bem Estar Social.

CAPITULO I

1. PROJETO DA MODERNIDADE: HISTÓRICOS E CONCEITOS

O projeto da modernidade inicia-se em um contexto de Racionalidade, o qual formulou os ideais de civilização, se contrapondo ao Teocentrismo que foi predominante nos séculos anteriores.

Em artigo elaborado por Alfredo Mello (2010).

“... Segundo J. Habermas o projeto da modernidade formulado pelos pensadores da ilustração, teve o intuito de desenvolver ininterruptamente em suas respectivas esferas as ciências objetivas, os fundamentos universais da moral e do direito e a arte autônoma, mas simultaneamente consiste em liberar os potenciais cognitivos assim acumulados de suas elevadas formas herméticas”.

O projeto da modernidade possibilitou ao homem rever seus conceitos, fortaleceu o antropocentrismo e a capacidade racional do homem. Para Alfredo de Mello (2010).

“... os três fatores históricos que fundamentam o projeto de modernidade são o movimento da reforma religiosa onde a tradução da bíblia por Lutero permite o individuo se responsabilizar por seu entendimento e sua salvação, o renascimento cultural que dá ênfase a valorização do homem e a revolução francesa que se baseou nas ideais iluministas, que se constituiu também nos aspectos filosóficos de liberdade, fraternidade e igualdade”.

A instauração do projeto da modernidade ocorreu no século XVIII abrangendo os séculos XIX e XX, se inserindo em um contexto onde o homem se volta para si. Na obra de Habermas citado por Freitag (1995)

“... O projeto da modernidade, formulado pelos filósofos do iluminismo no século 18, consiste em desenvolver, de maneira imperturbável, as ciências objetivas, a base universalista da moral e do direito, e a arte autônoma, respeitando as respectivas lógicas. Ao mesmo tempo insiste em revelar os potenciais cognitivos, que vão se acumulando, liberando-as de suas formas esotéricas, para utilizá-las na praxis, ou seja, para uma estruturação racional das condições de vida”. (Habermas, 1984)

Para Freitag (1995) “O inicio da Modernidade está marcado por três eventos históricos ocorridos na Europa e cujos efeitos se propagaram pelo mundo: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa”.

Em Freitag (1995) a teoria do projeto da Modernidade é desenvolvida nas obras de Habermas:

“... como parte integrante da Teoria da Ação Comunicativa... A teoria da modernidade faz parte de uma teoria evolutiva mais ampla, preocupada em reconstruir os processos de formação, os princípios de organização e as crises pelos quais passam as formações societárias no decorrer do tempo”.

Para Freitag (1995) o projeto da Modernidade “se situa no espaço: seu berço indubitavelmente é a Europa. Seus efeitos propagam-se posteriormente pelo hemisfério norte especialmente pelos países do Atlântico Norte”.

O projeto da modernidade e os ideais iluministas e liberais influenciaram a guerra da independência dos Estados Unidos, e se propagaram por toda a América Latina.

O Projeto da Modernidade apesar de contraditório tem um papel fundamental no mundo atual, sendo um divisor de águas entre o absolutismo e a liberdade e direitos humanos.

“Todos dizem que a modernidade está em crise. (...) O que existe atrás da crise da modernidade é uma crise de civilização. O que está em crise é o

projeto moderno de civilização, elaborado pela Ilustração europeia a partir de motivos da cultura judeo-clássica-cristã e aprofundado nos dois séculos subsequentes por movimentos como o liberal-capitalismo e o socialismo. O projeto civilizatório da modernidade tem como ingredientes principais os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia.(...) Ora, este projeto civilizatório está fazendo água por todas as juntas. O universalismo está sendo sabotado por uma proliferação de particularismos - nacionais, culturais, raciais, religiosos. (...) A individualidade submerge cada vez mais no anonimato do conformismo e da sociedade de consumo: não se trata tanto de pensar os pensamentos que todos pensam, mas de comprar os videocassetes que todos compram, nos aviões charter em que todos voam para Miami. A autonomia intelectual, baseada na visão secular do mundo, está sendo explodida pelo reencantamento do mundo, que repõe os duendes em circulação, organiza congressos de bruxas, associa-se ao guia Michelin para facilitar peregrinações esotéricas a Santiago de Compostella e fornece horóscopos eletrônicos a texanos domiciliados no Tibet. A autonomia política é negada por ditaduras ou transformada numa coreografia eleitoral encenada de quatro em quatro anos. A autonomia econômica é uma mentira sádica para os três terços (sic) do gênero humano que vivem em condições de pobreza absoluta”. (ROUANET, 1993)

Na pesquisa elaborada por Freitag (1995) fazendo uso das obras de Habermas acerca da Teoria da Modernidade expõe duas patologias

“... a primeira patologia faz com que os homens modernos submetam suas vidas as leis do mercado e a burocracia estatal como se fossem forças estranhas contra as quais não há nada a fazer. Suas crises são percebidas e aceitas como catástrofes da natureza”. A segunda patologia é “à medida que o sistema vai se fortalecendo em detrimento do mundo vivido ele passa a impor este ultimo sua própria lógica e suas regras do jogo”

A hegemonia de uma minoria sobre a maioria da população é vista como algo natural e não construída pelo próprio homem, como forma de facilitar a exploração do homem sobre o homem, fazendo com que o homem perca sua capacidade crítica e liberdade de expressão, tão enfatizada no iluminismo, permitindo o retrocesso nos ideais do projeto da modernidade.

“A modernidade somente será compreendida em toda sua complexidade, suas potencialidades e patologias, fornecendo-se um modelo interpretativo que abranja os dois aspectos da modernidade (a modernidade cultural e a modernização societária). As falsas interpretações não somente obstruem o caminho para uma compreensão correta, elas sustentam muitas vezes involuntariamente as estruturas societárias que bloqueiam a solução e superação das patologias e impedem a implementação de um projeto autentico e emancipatório da sociedade”. (Freitag, 1995)

A apropriação dos ideais do Projeto da Modernidade são fundamentais para se analisar o Estado de Bem Estar Social, um modelo interpretativo de sociedade justa e igualitária.

O Projeto da Modernidade é precursor de diversos direitos sociais que foram conquistados no século XX, dentre as políticas públicas inspiradas pelo Estado de Bem Estar Social, elencaremos: saúde, previdência, assistência social.

As políticas públicas são produtos do marco regulatório imposto pelo capitalismo, visto que no decorrer do século XX, permearam-se discussões, que geraram o princípio da regulação e da emancipação, devido o modelo de concentração e exclusão gerados pelo capitalismo, para Souza Santos citado por Vicentin (2001)

“Sobre as funções reguladoras, enquanto projeto político da modernidade, Souza Santos (1995) baseia sua análise em dois princípios: o da regulação – pautado no papel do estado moderno, do mercado e da civilização – e o da emancipação – constituído pelas lógicas das racionalidades convencionadas em uma racionalidade da moral-prática da ética, uma racionalidade cognitiva-instrumental das ciências e da técnica e uma racionalidade estética-expressiva, vinculada aos princípios de identidade”.

Para Vicentin (2001) o esgotamento do estruturalismo dos pressupostos do projeto da modernidade, com o retorno da revalorização dos modos de vida do indivíduo, citado por Souza Santos (1995) nos aponta a contradição com as interações globais, que torna o indivíduo alienado pelo trabalho e consumismo, o qual o descaracteriza da verdadeira essência de igualdade e liberdade.

“No entanto, enquanto Habermas acredita que o projeto da modernidade é apenas um projeto incompleto, podendo ser completado com recurso aos instrumentos analíticos, políticos e culturais desenvolvidos pela modernidade (1985), eu penso que o que quer que falte concluir da modernidade não pode ser concluído em termos modernos sob pena de nos mantermos prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade nos preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias. Daí a necessidade de pensar em discontinuidades, em mudanças paradigmáticas e não meramente subparadigmáticas”. (SANTOS 1995).

CAPITULO II

2) RACIONALISMO E ILUMINISMO

O racionalismo é conceituado por diversos autores. Segundo análise de Maurice Merleau-Ponty (1991), o Racionalismo professado e discutido em 1900, era a explicação do Ser pela ciência: “Supunha uma imensa ciência já feita nas coisas, a qual a ciência efetiva alcançaria no dia de sua perfeição, e que nada mais nos deixaria para perguntar, pois toda pergunta judiciosa já recebera sua resposta”

O estabelecimento desta hipótese, tornava o Racionalismo repleto de mitos:

“Mito das Leis da Natureza situadas vagamente a meio caminho das normas e dos fatos, e segundo as quais, pensava-se, este mundo apesar de cego se construiu; Mito da Explicação Científica, como se o conhecimento das relações mesmo estendido a todo observável, pudesse um dia transformar numa proporção idêntica e evidente a própria existência do mundo (Merleau-Ponty 1991)”

Acrescentaram-se mitos anexos aos da Lei da Natureza e Mito da Explicação Científica, que se reproduziram nos limites da ciência, com questionamentos em torno das noções de vida e da morte. Naquele tempo os oradores não pensavam curvar-se a uma mitologia. Acreditavam falar em nome da razão “A razão se confundia com o conhecimento das condições ou das causas” e sempre que condicionamentos eram descobertos, acreditavam ter resolvido o problema da essência com o da origem, reconduzindo o fato à obediência de sua causa.

Para Merleau-Ponty (1991) a dificuldade em pensar esse racionalismo, devia-se ao fato de ser interpretado de forma:

“desfigurada, irreconhecível, uma herança e porque, de nossa parte, estamos ocupados com a tradição que aos poucos o foi construindo. Era o fósil do grande racionalismo, aquele do século XVII, rico de uma ontologia viva, que já definhara no século XVIII e do qual não restavam, no racionalismo de 1.900, senão algumas formas exteriores”

Merleau-Ponty (1991) comenta que “o objeto de ciência é um aspecto ou um grau do Ser; cabe-lhe o lugar que ocupa, talvez até seja por ele que aprendemos a conhecer o poder da razão, mas tal poder não se esgota nele”.

O racionalismo se contrapõe ao místico valorizando a ciência e tudo o que por ela pode ser comprovado sem influência da fé. O racionalismo é um dos princípios do movimento iluminista, valorizando o antropocentrismo, o individualismo e a razão, sendo estes os componentes do modernismo.

De acordo com Simionatto (2004) no racionalismo “houve o abandono de uma concepção dogmática e restrita de mundo, alicerçada nas concepções religiosas, terá repercussões não apenas no campo epistemológico mas também na economia, na política, na ética e na estética”.

O Iluminismo também conhecido por “Ilustração” ou “Filosofia das Luzes”, teve seu início na Inglaterra e se difundiu pela Europa, sua construção foi regida pelo racionalismo, tendo a razão humana como fonte do conhecimento.

O Iluminismo é voltado para a capacidade de auto reflexão pelo homem para questionar o mundo em que vivia e o status quo predominante da época questionava o absolutismo dos monarcas, ressaltando a liberdade do homem e sua capacidade de crítica.

Os ideais de liberdade foram fundamentais na Revolução Francesa e na Reforma Protestante que se libertava da igreja Católica que pregava o individualismo na fé e na oração.

Neste período surgiram grandes nomes que contribuiriam para o pensamento da humanidade moderna, os Iluministas almejavam um mundo perfeito, baseado nos princípios da razão, onde não haveria guerras ou injustiças sociais e todos poderiam expressar livremente seu pensamento, o que culminou com o início da Revolução Industrial e que seria completado com a Revolução Francesa.

O Iluminismo se baseia no progresso científico advindo do Renascimento, movimento que teve repercussão em todo mundo, sendo que a principal característica é a explicação racional para todas as questões que envolviam a sociedade.

Alguns pensadores iluministas preocuparam-se com as questões políticas, sociais e religiosas, enquanto outros se concentraram em encontrar uma maneira de aumentar a riqueza das nações.

Os iluministas defendiam a liberdade, justiça, igualdade social e Estados com divisão de poderes e governos representativos para alcançar a felicidade do homem e a criação de sociedades mais equilibrada.

A razão moderna afirmou-se no século XX a partir das grandes teorias sociais.

Para Cardoso (1996)

“O ideário das luzes entendia que pelo uso de sua razão, o homem poderia ser sujeito de sua história, livre para julgar (decidir) e agir de acordo com os valores éticos comuns a toda humanidade e amplamente disseminados socialmente pela instrução (educação, aprendizado) de forma a atingir uma organização social em que todos teriam direitos iguais como garantia à realização de suas potencialidades”.

No iluminismo o homem deixaria de ser submisso aos pensamentos arcaicos da igreja, adquirindo a capacidade de pensar por si próprio para combater injustiças, intolerância religiosa e a concentração de privilégio nas mãos dos ricos e poderosos. Pois nos séculos anteriores a educação era controlada pela igreja o que reduzia a sociedade da época em submissa e ignorante.

Na concepção de alguns pensadores “iluministas” o uso da razão (educação) seria importante para elucidar fenômenos naturais e sociais, acreditavam que Deus, agiria indiretamente nos homens através das leis naturais, com esta percepção o próprio homem se descobriria dentro da razão.

Para os iluministas, as pessoas eram naturalmente boas e os problemas e desigualdades sociais, eram criação do próprio homem, devido a forma com que se organizavam em sociedade e para que houvesse a resolução destes desajustes, deveria ocorrer a garantia dos direitos naturais da pessoa, como: a liberdade e a livre posse de bens. Os iluministas também defendiam a razão, justiça e igualdade social, liberdade individual e divisão dos poderes do Estado.

CAPITULO III

3) ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL

O Estado de Bem Estar Social teve sua origem nos países europeus, devido a expansão do capitalismo após a Revolução Industrial e o Movimento de um Estado Nacional objetivando a democracia.

Algumas vertentes defendem que o Estado de Bem Estar Social teve início com a superação do absolutismo e a emergência das democracias de massa.

Há teóricos favoráveis de que seu início foi a transformação do próprio Estado a partir de suas estruturas, legitimidade e funções, se colocando como uma solução às necessidades de serviços de segurança sócio-econômica.

Na concepção de Claus Offe (1984) a função inicial do Estado de Bem Estar Social seria cobrir os riscos e inseguranças advindas do contexto de sociedades capitalistas, no qual se encontravam expostos os trabalhadores assalariados. Este modelo de estado também contribuiu indiretamente na redução de conflitos sociais e facilitou a existência do trabalho assalariado ao eliminar parte do risco resultante da imposição da forma mercadoria ao fator trabalho. Para Offe (1984) o acordo de classe firmado entre Capital e Trabalho pressupõe, portanto:

“... O que estava em questão nos conflitos de classe [na consolidação do Estado de Bem-Estar] já não era mais o modo de produção mas o volume de distribuição, não o controle mas o crescimento... (...) ... havia um consenso relativo de prioridades, desejabilidades e valores básicos da economia política, a saber, o crescimento econômico e a segurança social (assim como a militar). (...) A economia capitalista, e esta é a lição a ser aprendida com o keynesianismo, é um jogo de soma positiva. Assim, jogar num jogo de soma zero seria jogar contra os próprios interesses. Isto quer dizer que cada classe tem que levar em consideração os interesses da outra classe: os operários, a lucratividade, porque somente um nível de lucro e de investimento razoável garantirá o emprego futuro e o aumento da renda, e os capitalistas, os salários e as despesas do welfare state, porque são eles que garantirão uma demanda efetiva e uma classe operária saudável, bem treinada, sem problemas de moradia e feliz (Offe 1984)”

Para Arretche (1996) as origens do Welfare State são de natureza econômica, em sua concepção “... seria um resultado ou subproduto necessário das profundas transformações desencadeadas a partir do século XIX, sejam elas o fenômeno da industrialização e modernização das sociedades ou o advento do modo capitalista de produção”

Com o advento da industrialização surge a divisão social do trabalho, o que desencadeou um crescimento individual em relação à sociedade. Desta forma iniciam-se ações para amenizar as dificuldades individuais, com vista a garantir a subsistência dos trabalhadores. O qual para Arretche (1996)

“... O fenômeno Welfare State é atribuído a razões de ordem política ou institucional, Para estes, uma vez dadas determinadas condições econômicas, seja o surgimento dos programas de proteção social, seja suas formas de expansão, seja ainda suas variações tem como razão causal fatores relacionados à luta de classes, a distintas estruturas de poder, ou ainda a distintas estruturas estatais e institucionais”.

Para alguns autores os gastos sociais são criados e destinados à população excedente como justificativa de amenizar o desemprego, a desregulamentação e informalização das relações de trabalho geradas pelo setor capitalista.

Na teoria de Claus Offe (1972) citado por Arretche (1996) acerca do Estado do Bem Estar Social: é definido como “... uma resposta as necessidades do capitalismo, sendo que em seu trabalho de 1972, Offe dirá que “O Welfare State não pode lidar diretamente com as necessidades humanas fundamentais; ele pode apenas tentar compensar os novos problemas que são criados na vaga do crescimento industrial”

Para James O'Connor (1977)

“As despesas previdenciárias e militares são determinadas pelas necessidades do setor monopolista e pelas relações de produção no seu seio. A capacidade produtora excedente (ou o capital excedente) cria pressões políticas no sentido de expansão econômica agressiva no exterior. E a força de trabalho excedente, por sua vez, gera pressões políticas em prol do crescimento do sistema previdenciário”

Na explanação de Arretche (1996) sobre os teóricos que julgam que os condicionantes do Estado de Bem Estar Social que tem mais peso são os de ordem política e resultado de uma ampliação progressiva de direitos, nos é citado T. H. Marshall (1967) que em seu trabalho “Cidadania e Classe Social” se baseia na idéia de ampliação progressiva da noção de cidadania.

O Estado de Bem Estar Social iniciou-se na Inglaterra, com a famosa lei dos pobres “Poor Law act” em 1834 e na Alemanha com as caixas de Previdência na era Bismarck. Sendo o limiar da diferenciação entre assistencialismo e a política de Estado, mostrando-se necessária a proposição de medidas permanentes no núcleo institucional. Este modelo generalizou-se por toda Europa durante o século XX.

Para Fiori (1997) a criação do Plano Beveridge sugere a quebra de paradigmas acerca das premissas do Estado de Bem Estar Social:

“O Plano Beveridge ao legitimar o National Health Service Act, em 1946 criou um sistema nacional universal e gratuito de assistência médica financiado pelo orçamento fiscal desvinculando, portanto, a relação contratual que havia caracterizado até então a essência das políticas sociais governamentais (FIORI 1997)”.

Na abordagem de Fiori (1997) acerca do Estado de Bem Estar Social citando Andersen (1991): “o welfare state não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades

estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social”.

Os fatores que permitiram o fortalecimento da política do Bem Estar Social foram segundo Fiori (1997):

“Os fatores materiais e econômicos que se manifestaram na forma a) generalização do paradigma Fordista b) da existência de um consenso suprapartidário em torno aos valores do crescimento do pleno emprego; c) de um consenso paralelo em torno das políticas Keynesianas, d) da manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante e sem precedente na história capitalista, e) o que, por causa disto e por sua vez permitiu ganhos fiscais crescentes que foram alocados por coalizões políticas socialmente orientadas, mesmo quando não fosse o caso de governos controlados diretamente pelos sociais democratas”

O ambiente econômico foi propício para o advento do Estado de Bem Estar Social, colocando-se de lado ideias liberais e individualistas que imperavam antes da crise de 29, na qual se percebeu que o mercado não conseguia se auto regular na intervenção estatal, ocasionando na época uma crise sem precedentes causando desemprego em massa, por este motivo os governantes tiveram que criar frentes de trabalho para empregar os desempregados nas obras públicas e criar políticas sociais, para evitar riscos.

Com o advento da segunda guerra mundial (1939 - 1945) criou-se um clima de solidariedade social e nacional. Segundo Fiori (1997)

“.. Ao bipolarizar ideologicamente os conflitos mundiais entre duas propostas excludentes de organização econômica e social, criaram os estímulos ou receios necessários para consolidar as convicções socialmente orientadas de todos os governos, aí incluídos os conservadores os democratas cristãos e os liberais”

Para Esping-Andersen citado por Fiori (1997), O Estado do Bem Estar Social não foi semelhante em todos os países:

“... fala de três grandes grupos, ainda que destaque com os seus critérios essenciais de diferenciação dos regimes a qualidade dos direitos sociais, o grau em o sistema promove ou reproduz a estratificação social e a forma em que se relaciona em cada um dos casos, o estado, o mercado e a família... O Welfare State Liberal, são seus exemplos típicos Estados Unidos, Canadá e Austrália... o Welfare States conservadores são seus exemplos: Austria, França, Alemanha, Itália... e os regimes sociais democratas que são os países Escandinavos (Fiori 1997)”

Para Fiori (1997) a partir da década de 60 e 70 ocorreu a “crise de governabilidade dos estados pressionados” a qual na opinião dos conservadores se

deve aos gastos estatais excessivos para a promoção do bem estar social da população. Isto tornou o estado menos competitivo e foi acentuado durante a crise de 73 a 75, com a ocorrência do declínio do Estado do Bem Estar Social e o advento do Neoliberalismo personificado na política econômica de Margareth Thatcher na Inglaterra, Pinochet no Chile e Reagan nos Estados Unidos.

Segundo Fiori (1997) o Estado de Bem Estar Social se enfraquece na medida em que ocorrem:

“reformas neoliberais... com a remercantilização da força de trabalho, a contenção ou a desmontagem dos sindicatos, a desregulação dos mercados de trabalho e a privatização de muitos dos serviços sociais que estiveram previamente em mãos dos Estados”.

A retirada do estado favorece a terceirização dos serviços sociais à população mais pobre através da filantropia. Para Fiori (1997) “Tudo feito com o objetivo declarado de encorajar a responsabilidade pessoal ou coletiva pela própria auto-assistência feita através do mercado” o que irá desencadear a fragilização do sistema de proteção social e bem estar social resultando na “... tendência na maioria dos países tem sido a segmentação crescente dos esquemas de welfare, acompanhada de um maior papel dos grupos privados e de uma assinação de maior autonomia e poder aos setores voluntários e outros tipos de organizações privadas ou filantrópicas”

Para Fiori (1997) o Estado de Bem Estar Social é um modelo contraditório e explicado por diversas linhas teóricas:

“Por isso a literatura especializada dedica uma atenção tão grande à identificação do que seriam os fatores ou “variáveis” que condicionaram ou determinaram as diferenças conhecidas na construção tanto quanto na expansão dos vários tipos de *welfare*. AURELIANO e DRAIBE (1989) fizeram a melhor síntese que conheço do trabalho em que Jens Alber procurou consolidar um quadro das principais escolas teóricas – os pluralistas e os marxistas – e dos modelos com que procuram explicar a diáspora histórica das experiências de *welfare*: funcionalistas e conflitualistas. Em grandes linhas, para marxistas e pluralistas de tipo funcionalista, o *welfare* aparece historicamente como exigência da industrialização ou da acumulação do capital, para uns, seja da modernização e urbanização para os outros. Enquanto para funcionalistas e marxistas de tipo conflitualistas, o *welfare* aparece como resultado do avanço dos direitos dos cidadãos e da democracia, ou como produto da mobilização sindical e da luta política de classes. Sendo que no caso dos conflitualistas, este produto pode ainda haver aparecido historicamente “pelo alto” como obra de elites divididas ou fortemente pressionadas, ou ainda pode haver nascido “desde baixo” como resultado das pressões e da força política circunstancial da classe trabalhadora (FIORI 1997)”

3.1 INFLUÊNCIA DO PROJETO DA MODERNIDADE, ILUMINISMO E RACIONALISMO NO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL NA ATUALIDADE

O Estado de Bem Estar Social pode ser considerado uma resposta à crise individual, consequência do Capitalismo e da Revolução Industrial, nas quais idosos, crianças e mulheres estavam desamparados e sem proteção social para os riscos sociais tais como: desemprego, morte, velhice, doença.

Não era possível o irracionalismo deixá-los a própria sorte, o que contrastava com o pensamento iluminista social de Rosseau, o homem não poderia usufruir de sua liberdade em condições desumanas e degradantes como estava acontecendo em fábricas, gerando bolsões de miséria, com seu aprofundando no advento das guerras mundiais e a crise de 1929, que representou uma grande derrota do livre mercado e do liberalismo econômico que não soube apresentar respostas a população gerando desemprego e miséria.

“... A Revolução Industrial do início do século XIX demonstrou as atrocidades cometidas por empregadores contra seus empregados, cuja jornada de trabalho era excessiva, as condições de trabalho eram sub-humanas, uma verdadeira exploração do trabalhador. Aparecem, então, vários tipos de manifestações contrárias ao *status quo*, buscando dignidade da pessoa humana, um Estado que se responsabilizasse pelo social. Várias vertentes surgem dessas reações como o socialismo, o comunismo, o *welfare-state* Estado de Bem-Estar Social (XIMENES 1997)”.

Os Iluministas inspiraram o Estado Social, o Socialismo, Comunismo e Estado de Bem Estar Social, este último mantém a ideologia capitalista, porém com responsabilidade social do Estado na vida de seus cidadãos oferecendo proteção social.

O Estado de Bem Estar Social surgiu com alguns princípios que se encontram presentes até os dias de hoje, de forma plena ou residual:

“... São três os princípios fundamentais do Welfare State, quais sejam: a seguridade social (é um amparo ao trabalhador caso ocorra algum imprevisto, e ele perca temporária ou definitivamente sua capacidade de gerar renda); a ampliação das oportunidades de emprego e renda – garantia do pleno emprego –, o que geraria a chamada *Demanda Efetiva*; e, por fim, a ampliação das políticas sociais, enfim, políticas redistributivas e compensatórias, que tem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais”. (LEME 2010)

Esses princípios vieram a ser suprimidos ou minimizados pelo processo de flexibilização trabalhista, globalização, neoliberalismo e medidas de austeridade, teóricos começaram a relacionar Neoliberalismo com Liberdade e Welfare State com

coerção estatal principalmente na era Reagan e Tatcher.

Na atualidade o Estado do Bem Estar em alguns países se estruturou de formas diferenciadas, durante a década de 90 no auge do Consenso de Washington se estabelecem diretrizes neoliberais para diversos países, surgindo uma nova orientação alternativa ao Estado de Bem Estar Social denominado Terceiro Setor que ao mesmo tempo em que não abria mão do receituário neoliberal, instigava a sociedade civil ao espírito de solidariedade, retirando a responsabilidade do Estado de promover Políticas Sociais e estimulando a sociedade civil a assumir para si este papel.

Sobre influencias do neoliberalismo o Estado de Bem Estar Social perde algumas características e a terceira via se define enquanto alternativa.

Para Giddens (2001)

“Terceira Via se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das últimas duas ou três décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo.”

O Estado de Bem Estar Social está presente nas políticas públicas sociais, porém influenciadas pelo neoliberalismo e pelo terceiro setor, muitas vezes com políticas públicas focalizadas, fragmentadas, aumentando as parcerias públicas privadas com o advento da previdência privada, planos de saúde privado entre outros complementares ao Estado.

As políticas públicas sociais são herança dos princípios do Estado de Bem Estar Social. Para Pereira (1999)

“A perplexidade diante da qual se encontram as sociedades dos países onde o Estado de bem-estar encontra-se em crise é decorrente da constatação de que esse Estado- providência, tal como tem sido conhecido, era funcional para o capitalismo vigente no mundo no período de 1945 até o final da década de sessenta, como forma de garantir a demanda solvente. Isso quer dizer que, em sua forma historicamente conhecida, o Estado do bem-estar só é funcional para um capitalismo regido por uma lógica keynesiana (entendido como um capitalismo de alta rentabilidade, que conte com uma suficiente demanda solvente). Assim, o Estado de bem-estar, por haver sido estruturado sobre bases nacionais, encontra-se em uma profunda crise, cuja tendência é agravar-se nos próximos anos, visto que, numa economia globalizada, é significativamente estreita a margem de manobra dos governos, tendo de curvar-se aos reclamos políticos sem desrespeitar a eficiência do mercado. Deve-se alertar, porém, que o Estado-nação, enquanto puder sobreviver como tal, em decorrência da tendência de criação de uma nova ordem mundial, mesmo diante das imposições do processo de globalização, deverá continuar desempenhando um papel

indispensável na formulação de políticas econômicas (em que incluem-se as políticas públicas), de regulador da competitividade e na promoção do bem comum da sociedade”

Não ocorrendo ameaça do socialismo e a rivalidade entre Estado Unidos e União Soviética característicos da guerra fria, o capitalismo não tem interesse em promover a proteção social advinda do Estado do Bem Estar Social nos moldes que o fundamentaram, somente políticas públicas sociais focalizadas e conquistadas por meios de sindicatos, movimentos sociais e pressão da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto da modernidade rompeu paradigmas e se inseriu nas ideologias da atualidade, inspirando os movimentos liberais, marxistas e sociais democratas na questão da racionalidade, na busca pela liberdade, justiça e igualdade, com mínima ou máxima intervenção do Estado e em menor ou maior grau.

Em síntese, o projeto da modernidade visou um processo de desenvolvimento de suas três esferas principais e independentes: ciência, moral e arte, fundamentadas pela razão, sem a intervenção da esfera política, estado e da economia, que é designada pelo modo de produção ou sistema capitalista. Quando ocorre essa intervenção resulta no que os estudiosos denominam crise da modernidade.

Na presente pesquisa delimitamos como foco o modelo de Estado de Bem Estar Social, o qual representou na história, conquistas à classe trabalhadora e aos pobres de direitos sociais, tais como: previdência, saúde, educação, emprego entre outros.

O projeto da modernidade surgiu pela razão humana e pela ciência, há vertentes que o analisam estar em crise, pode-se interpretá-lo como consequência da fragilização do Estado de Bem Estar Social em um Estado onde não há investimentos ou os gastos com políticas públicas são insuficientes, o que inviabiliza a garantia de direitos sociais que deveriam ser assegurados, desencadeando desta forma, crise no papel do Estado e na manutenção dos direitos conquistados ao longo do tempo.

No período medieval não existiam direitos assegurados, porém com o movimento do projeto da modernidade influenciado pelos ideais do iluminismo e

racionalismo, inicia-se a conquista dos direitos civis, políticos e sociais.

Podemos dizer que a partir do momento em que estes direitos estão ameaçados em nome de políticas econômicas ou ideológicas, a proposta do projeto da modernidade encontra-se ameaçada. Para Ferreira (2007):

“Para o sucesso da Modernidade e a conseqüente consolidação dos ideais iluministas, funda-se o Estado de Direito, consagrando o positivismo jurídico como a principal garantia frente a indeterminação dos direitos naturais. Nesse desiderato, surgiram as primeiras Constituições nacionais, marcadamente de caráter burguês, onde se reuniam as principais promessas e objetivos a serem alcançados, os quais compunham os valores fundamentais de determinada sociedade”.

A sociedade não pode reger-se apenas por direitos naturais, sem regulação Estatal, pois se assim o fosse entraríamos no Estado de Barbárie. Imaginemos o que aconteceria em uma sociedade onde não existissem políticas públicas que promovessem a segurança pública, por exemplo, onde os instintos humanos prevaleceriam frente às regras de uma legislação e de um Estado com poder de polícia que coíba tais instintos. A liberdade é necessária, porém não pode ser totalmente irrestrita.

O Estado de Bem Estar Social cobra um comportamento ativo do Estado e os direitos coletivos prevalecem sob os direitos individuais, de acordo com os ideais do filósofo francês Rosseau. Para Simionatto (2004):

“...a fragmentação dos direitos sociais, são fundamentos da matriz neoconservadora de Estado, indicam a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa, a retração do Estado de direito conquistado com a luta das forças democráticas, a instrumentalização dos direitos pela racionalidade econômica, o retrocesso na construção democrática e no exercício da cidadania”.

A crise do Estado do Bem Estar Social, o advento da Globalização e do surgimento dos Estados interdependentes como a União Européia, expõe a crise da modernidade:

“A globalização, que é uma das causas, senão a principal, da crise da Modernidade, pode ser analisada sob diversos aspectos, desde o econômico com a quebra das fronteiras comerciais entre os países e a instituição do processo de mundialização do capital, até a perspectiva de deslocamento da titularidade do poder em que se percebe cada vez menos poder decisório por parte dos Estados nacionais e, em contrapartida, o fortalecimento das entidades supranacionais enquanto pólo de decisão, o que afeta, sobremaneira, a questão da soberania nacional.(FERREIRA 2007)”.

O Estado do Bem Estar Social não se manteve hegemônico, pois a tendência

de vários países é o caminho inverso, o aprofundamento da supremacia neoliberal, medidas de austeridade e retirada de direitos sociais adquiridos ao longo dos anos para FIORI (1997)

“a tendência na maioria dos países tem sido a segmentação crescente dos esquemas de welfare, acompanhada de um maior papel dos grupos privados e de uma assinação de maior autonomia e poder aos setores voluntários e outros tipos de organizações privadas ou filantrópicas”.

O Estado a cada ano isenta-se de seu papel e coloca nos braços da iniciativa privada o papel de promoção do bem estar social, o que não ocorre de forma satisfatória à população pobre, tendo em vista que a iniciativa privada prioriza o lucro e não o bem estar social da população.

“... De maneira tal que é possível prever uma “transição” dos *welfare states* mais desenvolvidos para formas inferiores de atenção, situadas em algum ponto entre o modelo liberal norte-americano e o modelo corporativo alemão. No caso dos países periféricos fica difícil imaginar que seja em cenário resultante da liberalização radical de sistemas que já eram basicamente de tipo liberal e assistencial tenham tido ilhas de universalidade. (FIORI 1997)”.

O projeto da modernidade não trouxe as respostas desejáveis aos adeptos do iluminismo, onde se crê que somente pela razão seria alcançada a resolução de todos “os problemas” do mundo.

Criou-se no período iluminista uma expectativa de que pela racionalidade e pela ciência, todos os males seriam combatidos, o bem estar da população seria conquistado sem a opressão de um rei absolutista ou da teocracia que possuiu forte domínio do pensamento na era medieval.

Tais questionamentos não alteraram significativamente as incertezas e crueldades contra a humanidade, como por exemplo: as duas guerras mundiais, a fome e desemprego mundial, as crises econômicas, a elevada violência, a desigualdade social, nenhuma dessas questões foram solucionados com cálculos matemáticos ou somente com a fé irrestrita na ciência e materialidade, embora o homem moderno tenha avançado muito na melhoria das condições humanas com o advento da tecnologia.

Os conservadores criticam o Estado do Bem Estar Social por ser uma teoria ideológica de esquerda, propor maior intervenção estatal e maior participação popular e defender a igualdade entre os homens em detrimento do individualismo, do mercado como promotor social e da liberdade de escolha.

Na América Latina o Estado de Bem Estar Social não foi vivenciado em sua plenitude devido o período de ditaduras militares que reprimiam qualquer manifestação ideológica e suprimiam direitos fundamentais.

Teria o Estado de Bem Estar Social condições de permanecer com os fundamentos de sua gênese, ou seja, um projeto hegemônico? Esta indagação somente o futuro e os atos racionais ou irracionais dos líderes governamentais irão responder.

O fato de estarmos inseridos e vivermos num mundo repleto de contradições, nos levam a questionamentos de que o modelo de Estado de Bem Estar Social não tenha sofrido influências apenas das revoluções históricas em busca da igualdade de direitos, tampouco o Projeto da Modernidade foi capaz de possibilitar ao homem estar num mesmo patamar que todos os outros, por intermédio da educação.

Porém, mesmo que os ideais do projeto da modernidade não se mantenham na íntegra como em sua formulação, o mesmo não estará comprometido e sim fragilizado.

Falamos em crise no projeto da modernidade é relativo, pois Habermas diz que o projeto da Modernidade é “um projeto inacabado” em constante evolução.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDERSON, Perry. **As origens da Pós- Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ARRETCHE, Marta T. S.: **EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO WELFARE STATE: TEORIAS EXPLICATIVAS**.

Disponível:

www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1996_BIB.pdf> Acesso em 06.março de 2012

CARDOSO, Ana Pereira: **Pós-modernismo e informação: conceitos complementares**.

Disponível:

portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/241/28>Acesso em: 10.março.2012

CHEVITARESE, L.: **“As Razões da Pós-modernidade”**. In: Analógos. Anais da SAF-PUC. RJ: Booklink.

Disponível:

(<http://www.saude.inf.br/artigos/posmodernidade.pdf>)>Acesso em: 17.março 2012

FERREIRA, C. A.S.: **Crises da Modernidade, Globalização e (IN)efetividade de Direitos**. Universidade Federal do Maranhão. Agosto, 2007.

Disponível:

(http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/150fd9a8af8327bf114aCarlos_Anderson.pdf) > Acesso em: 08.março 2012

FIORI, J.L. **Estado do Bem Estar Social: Padrões e Crises**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Disponível:

(<http://www.iea.usp.br/iea/textos/fioribemestarsocial.pdf>)>Acesso em: 17.março 2012

FREITAG, Barbara. **HABERMAS E A TEORIA DA MODERNIDADE**. Cad. CRH. Salvador, n.22. p.138-163, jan/jun.1995.

Disponível:

(www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1423&article=326)>Acesso em: 19.março 2012

GIIDDENS, Antony. **A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ILUMINISMO OU BARBARIE - A CRISE DA CIVILIZAÇÃO MODERNA

Disponível:

(www.cefetsp.br/edu/geo/iluminismo_barbarie.doc)> Acesso em: 19.março 2012

LEME, A; **A. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REFORMAS DO ESTADO: reflexões acerca da temática**.Universidade Federal de Uberlândia. Disponível:

(<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1045/1083>) > Acesso em: 17.março 2012

MARX, Karl. Prefácio da Segunda Edição In: **O capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural,

1988. (Coleção Os Economistas).

MELLO, Alfredo: **O conceito de Modernidade na Modernidade.**

Disponível:

(www.webartigos.com/.../o...modernidade...modernidade/37661)> Acesso em: 03.março 2012

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos.** 1ª. Edição São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.

MOREIRA, Márcio Macedo: **Cultura Pré-Romântico: crítica ao Iluminismo e idéia de Decadência (1750-1784).** Disponível:

(www.anpuhpb.org/.../ST%2010%20%20márcioMacêdo%20Moreira%20TC.)> Acesso em: 10.março 2012

OFFE, Claus (org.) **Problemas estruturais do estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

O' CONNOR, James. **USA A Crise fiscal do Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

PEREIRA, José Matias: **Repensando a administração pública: o futuro do Estado de bem-estar.**

Disponível:

(www.repositorio.bce.unb.br/.../ARTIGO_RepensandoAdministracaoPublica.pdf) Acesso em: 10.março 2012

ROSSEAU, Jean Jacques. **A Origem da desigualdade entre os homens.** Trad. Ciro Mioranza. 2. ed. São Paulo: Escala . (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

ROUANET Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo** (São Paulo, Companhia das Letras, 1988).

_____. **Mal-estar na modernidade.** São Paulo, Cia das Letras, 1993.

SANTOS, B. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995

SIMIONATTO, Ivete: Professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica.** Disponível:

(www.prof.joaodantas.nom.br/.../4)> Acesso em: 10.março 2012

VICENTINI, yara. **Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas.** Disponível:

(ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/3026/2417).> acesso em 06.março.2012

Ximenes, J; M. **Reflexões sobre o conteúdo do Estado Democrático de Direito.**
Disponível:
(http://www.iesb.br/ModuloOnline/Atena/arquivos_upload/Julia%20Maurmann%20Ximenes.pdf) > Acesso em: 17.março 2012